



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UAG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE REGIONAL E ENSINO DE
GEOGRAFIA

**SER MULHER, TRABALHADORA E ASSENTADA:
trabalho feminino e a produção do território
no Assentamento Mandacaru-Sumé/PB**

TATIANA GOMES FERREIRA DE SOUZA

CAMPINA GRANDE- PB
2017

TATIANA GOMES FERREIRA DE SOUZA

SER MULHER, TRABALHADORA E ASSENTADA:

**trabalho feminino e a produção do território
no Assentamento Mandacaru-Sumé/PB**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Análise Regional e Ensino de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em cumprimento as exigências para obtenção do título de Especialista em Análise Regional e Ensino de Geografia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. SÉRGIO LUIZ MALTA DE AZEVEDO

CAMPINA GRANDE- PB

2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S729s Souza, Tatiana Gomes Ferreira de.
Ser mulher, trabalhadora e assentada : trabalho feminino e a produção do território no assentamento Mandacaru-Sumé/PB / Tatiana Gomes Ferreira de Souza. – Campina Grande, 2018.
22 f. : il. color.

Artigo (Especialização em Análise Regional e Ensino de Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017. "Orientação: Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo".
Referências.

1. Geografia e Trabalho. 2. Trabalho Feminino - Assentamento. 3. Produção do Território – Sumé (PB). I. Azevedo, Sérgio Luiz Malta de. II. Título.

CDU 911+331 (043)



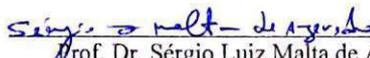
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE REGIONAL E ENSINO DE
GEOGRAFIA

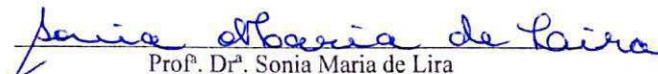
SER MULHER, TRABALHADORA E ASSENTADA: TRABALHO
FEMININO E A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO NO ASSENTAMENTO
MANDACARU-SUMÉ/PB

TATIANA GOMES FERREIRA DE SOUZA

Aprovada em: 28 de Novembro de 2017.

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo
Orientador – UAG/CH/UFCCG


Prof.ª Dr.ª Sonia Maria de Lira
Examinadora Interna


Prof.ª Dr.ª Maria Do Socorro Pereira De Almeida
Examinadora Externa

SOUZA, Tatiana Gomes Ferreira de. **SER MULHER, TRABALHADORA E ASSENTADA: TRABALHO FEMININO E PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO NO ASSENTAMENTO MANDACARU-SUMÉ /PB.** p 22. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Análise Regional e Ensino de Geografia). Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2017.

RESUMO: Ao longo da história, o território tem sido apropriado, produzido e reproduzido por homens e mulheres trabalhadores, tanto no campo quanto na cidade. Neste artigo privilegiaremos a mulher trabalhadora assentada como sujeito dessa construção, reconstrução e manutenção do território do Assentamento Mandacaru, localizado no município de Sumé, no Cariri Paraibano. Entendendo a relevância da manutenção do território conquistado na luta por um pedaço de terra, pretendemos, com essa pesquisa, refletir sobre a importância da visibilidade das mulheres para a construção e continuidade do referido assentamento. Escolhemos as mulheres como ponto de partida, visto que, historicamente, a elas foram negados o espaço público e as atividades produtivas. A pesquisa é tipo exploratória com abordagem qualitativa e utilizou a técnica de entrevista semiestruturada e se dividiu em três partes que compreenderam desde as visitas de reconhecimento e aproximação aos sujeitos, coleta dos dados e às análises dos dados. Assim, o artigo tem como questionamento central, compreender quais as dinâmicas sociopolíticas são promovidas pela ação do trabalho feminino na produção do território do citado. Para isso, é fundamental pensarmos as funções sociais que estas mulheres possuem no assentamento Mandacaru, no que se refere ao trabalho e ação política, como elas se organizam, quais as dificuldades e quais os desafios elas se deparam no cotidiano para a preservação do território como as mulheres do assentamento Mandacaru enfrentam a submissão sexual do trabalho, da política e da organização econômica do referido assentamento e se isso reflete para reprodução daquele território e de sua territorialidade.

Palavras chaves: Mulheres, território, assentamento, trabalho.

SOUZA, Tatiana Gomes Ferreira de. **BEING A WOMAN, A WORKER AND SEATING: FEMALE WORK AND PRODUCTION OF THE TERRITORY IN THE MANDACARU-SUMÉ / PB SETTLEMENT.** p 22. Course Completion Work (Specialization in Regional Analysis and Geography Teaching). Federal University of Campina Grande, Paraíba, 2017.

ABSTRACT: Throughout history, territory has been appropriated, produced and reproduced by working men and women, both in the countryside and in the city. In this article, we will privilege the working woman settled as subject of this construction, reconstruction and maintenance of the territory of the Mandacaru Settlement, located in the municipality of Sumé, Cariri Paraibano. Understanding the relevance of the maintenance of the territory conquered in the struggle for a piece of land, we intend, with this research, to reflect on the importance of the visibility of women for the construction and continuity of said settlement. We have chosen women as their starting point, since, historically, they have been denied public space and productive activities. The research is an exploratory type with a qualitative approach and used the technique of semi-structured interview and was divided into three parts that included from the visits of recognition and approximation to the subjects, data collection and data analysis. Thus, the article has as a central question, to understand what socio-political dynamics are promoted by the action of female labor in the production of the territory of the cited. For this, it is fundamental to think about the social functions that these women have in the Mandacaru settlement, with regard to work and political action, how they organize themselves, what difficulties and what challenges they face in everyday life for the preservation of the territory as the women of the Mandacaru settlement face the sexual submission of the labor, politics and economic organization of said settlement and whether this reflects for reproduction of that territory and its territoriality.

Key words: Women, territory, settlement, work.

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história como indica a seus autores o modo de nela intervir de maneira consciente (SANTOS, 2013, p.80).

Evidenciamos de início que as reflexões presentes neste artigo são frutos de pesquisa de campo realizada no Assentamento Mandacaru, localizado no município de Sumé, no estado da Paraíba, situado na mesorregião da Borborema, na microrregião do Cariri ocidental. Essa microrregião está inserida no semiárido paraibano, onde as chuvas são concentradas e irregulares, as médias pluviométricas em geral, são em torno de 400 a 650 mm anuais. O perímetro territorial em que o Assentamento Mandacaru está inserido possui uma vegetação do tipo Caatinga xerófila, bastante degradada pela ação antrópica, evidenciando, em alguns pontos, o aparecimento do processo de desertificação. Os solos são rasos, pedregosos e pouco desenvolvidos, o relevo é típico do planalto da Borborema, com algumas serras e afloramentos de rochas e o clima é Bsh (segundo a classificação de Köppen). A hidrografia é composta por rios intermitentes. Esta realidade desafia os povos camponeses a desenvolverem estratégias de convivência com o semiárido, sobretudo, em relação a gestão dos recursos hídricos.

A proposta do artigo é problematizar a relação do território, com a ação do trabalho feminino no processo de territorialização do Assentamento Mandacaru. Para tanto, buscamos compreender **quais as dinâmicas sociopolíticas são promovidas pela ação do trabalho feminino na produção do território do citado**. Destacamos que a pesquisa busca visibilizar as mulheres camponesas assentadas nessa região semiárida, marcada pela aridez do clima, a escassez dos recursos naturais e a ausência das políticas públicas governamentais. Buscamos assim, chamar atenção para o protagonismo feminino mas também, ao espaço em que estas mulheres produzem sua existência material. Também observar o espaço socialmente ocupado por elas no que se refere às relações de gênero dentro do território do assentamento.

Portanto, para compreender os efeitos promovidos pela ação do trabalho feminino na produção do território do Assentamento Mandacaru/Sumé-PB, passamos a problematizar a divisão do trabalho no referido assentamento rural. E para dar conta

deste itinerário de pesquisa, realizamos entrevistas com 05 mulheres¹ abordando quatro eixos: 1) história de vida; 2) trabalho cotidiano e a divisão das tarefas; 3) participação política; 4) rede de solidariedade e ajuda mútua entre as mulheres. Desta forma, a pesquisa é tipo exploratória com abordagem qualitativa e utilizou a técnica de entrevista semiestruturada.

Como já foi mencionado anteriormente, o cenário da pesquisa foi o assentamento Mandacaru, localizado na zona rural do município de Sumé-PB. O assentamento foi fundado no ano de 1990 e conta com a presença de 160 famílias divididas entre quatro agrovilas. O público alvo desta pesquisa são as mulheres do assentamento Mandacaru. A pesquisa se dividiu em três partes que compreenderam desde as visitas de reconhecimento e aproximação aos sujeitos, coleta dos dados e às análises dos dados. Assim, a primeira fase é de reconhecimento e aproximação aos sujeitos do local de pesquisa e a criação de vínculos com a população a ser estudada a segunda a aplicação das entrevistas e a terceira o tratamento dos dados e escrita do artigo. Observe-se, que o roteiro de entrevista foi construído sobre as três categorias-chaves: território, gênero e trabalho.

MÚLTIPLAS HISTÓRIAS: LUTAS COTIDIANAS, CONQUISTAS E DESAFIOS

A história brasileira é marcada por conflitos pela posse de terras. No caso do Brasil, tais conflitos são derivados sobretudo do processo de organização fundiária brasileira que ao longo de mais de trezentos anos foi se configurando a partir do modelo do latifúndio, da monocultura de exportação e da criação de gado extensivo, tendo por base, o trabalho escravo e, posteriormente, a exploração da mão de obra livre de agricultores excluídos do direito a terra. No passado, a cana-de-açúcar e o café e hoje, as lavouras de soja são exemplos dessa lógica excludente de ocupação do território brasileiro. Este panorama de concentração de terras nas mãos de poucos, produziu uma elite orientada pela lógica da exploração e do acúmulo capitalista, no qual a terra e o alimento tornam-se mercadoria.

1 Para dar relevo e destaque ao protagonismo dessas 05 mulheres sem expor suas identidades por questões éticas, no corpo do texto passamos a chamá-las por atributos que caracterizam seus fazeres cotidianos, assim teremos: 1) **Mulher Resistência**; 2) **Mulher Altivez**; 3) **Mulher resiliência**; 4) **Mulher Dignidade**; 5) **Mulher Esperança**.

A origem da estrutura agrária paraibana está inserida no processo de ocupação do espaço agrário nordestino, amparada na expansão da monocultura da cana-de-açúcar na zona da mata e da pecuária extensiva no interior do estado. Ambas, absorvedoras de grandes extensões de terras, como citado anteriormente. A exploração algodoeira adquiriu maior importância no Agreste e no Sertão. No Cariri paraibano a cultura do algodão, a pecuária extensiva e a policultura marcaram a expansão do espaço agrário dessa microrregião.

Ademais, os conflitos agrários no Brasil podem ser identificados a partir do período colonial até os dias atuais e envolvem sujeitos como as trabalhadoras e trabalhadores sem-terra, indígenas, quilombolas, ribeirinhos entre outros. Destacamos que todos esses sujeitos são protagonistas de uma luta histórica pelo direito a terra, uma vez que os povos do campo tem sido desapropriados do direito à terra, mas têm buscado, através da luta política pela reforma agrária, produzir espaços de liberdade e de direitos, representados pelos acampamentos, assentamentos e os territórios historicamente ocupados pela população afrodecendente e indígena.

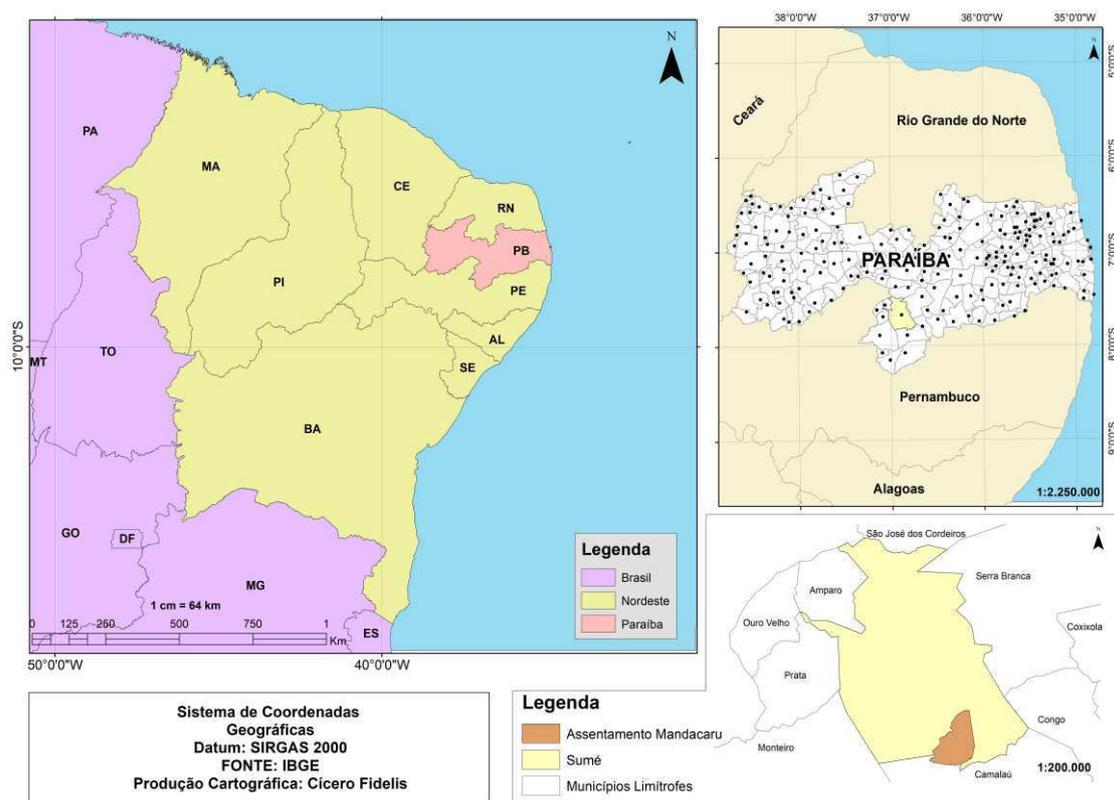
Esses contextos de luta produzem uma crítica ao modelo capitalista de mercado pela concentração e a exclusão. Como reforça Oliveira (2001, p. 14), os “Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que permite aos trabalhadores donos do tempo que o capital roubou e construtores do território coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão de reporem [...]” .

Salientamos ainda que, na busca de potencializar novos espaços de luta pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto, suturado pelo princípio político da coletividade, apontamos que, a partir da década de 1970, os trabalhadores e trabalhadoras rurais da região do Cariri paraibano, locus de nossa pesquisa, iniciam um processo de articulação/mobilização. Um bom exemplo é o sindicato dos trabalhadores rurais de São Sebastião do Umbuzeiro, tendo como líder o Sr. Luiz Silva. Já nos anos 1980, a comissão pastoral da terra começa a ter uma atuação mais sistêmica na região. Porém, a década de 90 é a que possuiu o maior avanço das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Cariri paraibano, junto com os movimentos sociais do campo e a crise dos latifúndios, que, perderam os financiamentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Os trabalhadores e trabalhadoras desta região intensificaram a luta pela reforma agrária. Atualmente, no Cariri paraibano, são identificados pelo menos vinte assentamentos

em nível federal, localizados em treze municípios, totalizando uma área desapropriada de 40.166,436 ha, com 1.199 famílias assentadas.

Mapa 01 – Localização dos Assentamentos no Cariri Paraibano



O surgimento do assentamento Mandacaru no município de Sumé-PB, o qual tomamos como campo de pesquisa, nasce dentro desse contexto. A Fazenda Feijão, que dá origem ao Assentamento, é desapropriada pelo INCRA para fins de reforma agrária no ano de 1999. Segundo informações prestadas pelos moradores mais antigos, Sr. Geraldo Tavares de Lima e o Sr. Osenildo Lima, moradores há mais de vinte anos da Fazenda Feijão, e que foram registradas no Plano de Desenvolvimento do Assentamento Mandacaru, a luta teria começado no ano de 1996, com o apoio do MST. Quando a Fazenda Feijão teria sido ocupada por trabalhadores da cidade de Sumé-PB, o proprietário das terras na época conhecido por Dr. Marcos, que nesse momento da ocupação da

fazenda, tinha sete moradores e criações de bovinos, caprinos e ovinos, não explorava a terra para fins de agricultura.

Foto 01 – Vista do pátio central da Agrovila Sede. Junho de 2016



Foto: Tatiana Gomes Ferreira de Souza

Em 1999, teria ocorrido a primeira ocupação seguida de despejo após trinta dias, sob a alegação da necessidade de se fazer uma vistoria. Os agricultores sem terras após o despejo, juntaram-se aos ocupantes da Fazenda Nova Floresta (Assentamento Novo Mundo), durante um período de vinte dias, voltando novamente a ocupar as terras da Fazenda Feijão depois desse período e sendo novamente despejados – dessa vez por ordem judicial. Ao sair da Fazenda passaram entre dez e quinze dias em um hotel abandonado na entrada da cidade de Sumé-PB, voltando a ocupar a área até uma nova ordem judicial para que se pudesse fazer a vistoria. Após o término da vistoria (cerca de quinze dias), houve uma nova ocupação. Com a emissão da posse, criou-se em 03 de novembro 1999 o Assentamento Mandacaru com uma área de 4.384,0114ha com capacidade para 160 famílias. O Assentamento se encontra organizado no modelo de agrovilas e está constituído de quatro agrovilas, são elas: Primeira Agrovila, Sede, Terceira agrovila e Lambedor.

Foto 02 – Casa na Agrovila Lambedor. Junho de 2016



Foto: Tatiana Gomes Ferreira de Souza

SÍNTESE DAS REFLEXÕES DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

O campo conceitual que a presente pesquisa busca, situa-se em torno da problematização de três categorias, quais sejam: **território, gênero e trabalho** (grifo nosso). Assim, a articulação conceitual se faz a partir da relação do território e a ação do trabalho feminino no processo de territorialização do Assentamento Mandacaru, localizado no município de Sumé-PB, Cariri ocidental. Partimos da compreensão do trabalho como categoria ontológica e fundamental da existência humana, ou seja, a história humana objetiva-se mediante o ato de produção de sua existência material, que se realiza pelo trabalho (OLIVEIRA, 2010). E, posteriormente analisaremos, particularmente, o trabalho das mulheres assentadas.

Para dá contorno ao nosso argumento, chamamos a concepção de Scott (1990) sobre gênero, compreendido como uma categoria útil para análise histórica, que oferece, portanto, reflexões e explicitações sobre as práticas culturais e sociais que condiciona as formações identitárias dos sujeitos, no caso de ser homem e ser mulher. De tal modo, que ser homem ou mulher, não é definido pelo sexo biológico de cada um/a, mas a partir de relações sociais e culturais que determinam lugares, deveres e direitos distintos conforme a identidade de gênero atribuída.

Gênero é uma categoria que não trata de diferença sexual, mas sim de relação social entre mulheres e homens, homem/homem, mulher/mulher, entendendo como se constrói enquanto sujeitos sociais.

Sobre a concepção de território, partiremos do entendimento do mesmo “[...] como resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...] ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN 1993, p.143). Dentro do debate, sobre o território é relevante destacar o processo de territorialização que se realiza a partir da apropriação de um fragmento do espaço, ou seja, o território.

Essa apropriação surge das relações sociais imbricadas pelo poder presente nas regras e normas, nas condições naturais oferecidas pelo meio ambiente, por meio do trabalho e suas diferentes formas de atuação, na utilização de técnicas, nos conflitos, na comunicação e nas diferenças históricas determinadas pela sociedade. É justamente neste movimento que situamos nossos sujeitos de pesquisa, as mulheres trabalhadoras assentadas. Pois, essas mulheres têm uma relação de pertencimento, uma vez que os laços afetivos, identitários e sócio políticos com o território se concretizam, sobretudo, pela ação do trabalho cotidiano. É ali, no espaço da casa, do roçado, da criação dos animais, das relações afetivas que estão presentes as memórias de cada uma delas, que dão forma e densidade ao território preenchendo-o de significado.

Portanto, como nos lembra Saquet:

Todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos; tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, des-continuidades (descontinuidade - descontinuidade, num único movimento); o novo contém pois o velho e este, aquele (2010, p.13)

Entendendo a relevância da manutenção do território marcado por processos (des)contínuos produzidos pela luta dos camponeses trabalhadores sem terra, gostaríamos de destacar a contribuição do trabalho feminino para a construção e continuidade do referido território, constituído enquanto assentamento da reforma agrária. Escolhemos as mulheres trabalhadoras assentadas como sujeitos interlocutores, visto que, historicamente a elas foi negado o direito da participação política, invisibilizando suas vozes e percepções e promovendo a desvalorização, do papel do trabalho feminino na consolidação do direito à terra.

As atividades produtivas desempenhadas pelas mulheres, no máximo, são percebidas como mão-de-obra que ajuda no complemento da renda familiar, às mulheres cabem as tarefas domésticas, a reprodução e o cuidado com as crianças. Tal subordinação das mulheres, gerou uma dependência em relação aos homens e a sua desistência, por vontade ou por imposição dos seus companheiros, em ocupar espaços políticos e de liderança dentro dos movimentos sociais rurais. Desse modo, Saffioti enfatiza que no campo das relações de gênero,

[...] os homens como categoria social têm a liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, conceito político, coletivo, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as mulheres como categoria social precisam solicitar autorização à primeira categoria. Isso reforça o argumento de que a independência pessoal, ainda que importante, não é suficiente para transformar a ordem patriarcal de gênero em uma ordem igualitária de gênero (2004, p.50).

Vista dessa maneira a relação patriarcal coloca as mulheres como “prisioneiras”, sendo necessária autorização por parte dos homens para que elas tenham acesso ao espaço público, logo, percebe-se a submissão e que, a desigualdade entre os sexos compõe as relações de dominação do capital sobre elas. Assim, a igualdade entre os sexos só se tornará real quando houver a conquista de uma verdadeira autonomia.

Destacamos nesse contexto, que essa perspectiva se coaduna com a reflexão de Garcia (2002, p. 260) para quem “[...] as mulheres trabalhadoras que formam parte do processo de luta pela terra [...] enfrentam com opressões diferenciadas a dos seus companheiros. A opressão de gênero dificulta, e [...] impossibilita, a plena participação das trabalhadoras, na vida pública e política dos acampamentos e assentamentos rurais”

condição que nos revela o quanto “o capitalismo se apropriou desigualmente da divisão sexual do trabalho, e à mulher, longe de emancipá-la a explora mais ferozmente”

Essa condição assimétrica da mulher na luta pela terra é, evidentemente, um empecilho para um processo desejável de relação de gênero, como veremos a seguir nos depoimentos das mulheres assentadas no mencionado assentamento, pois as vozes das mulheres, salvo em contextos muito particulares, foram e continuam sendo emudecidas, como bem assinala Bourdieu:

As mulheres são excluídas de todos os lugares públicos (assembleias, mercado), em que se reagiam os jogos comumente considerados os mais sérios da existência humana, que são os jogos da honra. E excluídas, se assim podemos dizer, a priori, em nome do princípio (tácito) da igualdade na honra, que exige que o desafio, que honra quem faz, só seja válido se dirigido a um homem (em oposição a uma mulher) e a um homem honrado, capaz de dar uma resposta que, por apresentar uma forma de reconhecimento, é igualmente honrosa. A circularidade perfeita do processo indica que se trata de uma partilha arbitrária (2017, p.62)

As mulheres foram historicamente invisibilizadas, são coadjuvantes das conquistas e vitórias dos homens. Eles são os atores principais, a eles foram dadas as honras das conquistas históricas, prova disso é a quantidade de heroínas que vemos nos livros de história.

Para as mulheres, o espaço público sempre foi exceção, isso era lugar para homem, sem ter a pretensão de conseguir sanar esse déficit, mas de apenas começar a inverter essa lógica na academia, busquei nessa pesquisa, dar visibilidade a elas e ao lugar onde essas mulheres se encontram, que também sempre foi visto como região problema do Brasil, o lugar da seca, da fome, dos miseráveis, dos que migram para os centros urbanos e os sujeitos dessa pesquisa são, na verdade, opostos desse estigma, as mulheres são protagonistas e resistem com sabedoria as adversidades do semiárido e se orgulham de serem mulheres assentadas do Cariri.

Os questionamentos de como as relações de gênero se configuram nos espaços da luta, como enfatiza Bourdieu (2017), devem ser abordados pela Geografia como aponta Garcia, (2004, p. 48) “O gênero enquanto relação social não deixa de ser uma relação espacial. E isto é importante levar em conta no estudo e compreensão dos lugares.” Acreditamos que a geografia possa discutir cada vez mais questões de

gênero/território/lugar, para uma maior compreensão e interpretação da realidade sócioespacial de maneira mais justa e menos patriarcal.

Histórias de vida

As mulheres com as quais conversamos durante a pesquisa, têm experiências semelhantes, todas marcadas por uma luta pela dignidade e superação das adversidades encontradas ao longo de suas histórias de vida. Um destaque é a sobreposição de turno de trabalho e a ausência do tempo do descanso e do cuidado consigo.

Para viver temos que ter coragem né? Aqui acordamos cedo para ir soltar os bichos, depois de dá água pra eles, ai volto pra cuidar nas coisas de casa, sabe como é, serviço de casa nunca tem fim mesmo... e depois vou trabalhar na escola até o meio dia (**Mulher Resistência**).

Vi no rosto daquelas mulheres uma força, uma coragem que não imaginava encontrar ali, em meio a tanto déficit, sejam eles de recursos materiais a exemplo a falta de água, elas se mantêm firmes nas suas lutas cotidianas. As reclamações que essas mulheres fazem é contra o poder público, em relação a falta de suporte técnico para que aquelas famílias possam aprender a conviver com o semiárido, e desta forma, poder viver de maneira mais harmoniosa e digna com o meio ambiente em que habitam. Evitando práticas como das carvoarias ilegais, por exemplo, mesmo assim, elas com tantas adversidades para superar dia após dia, mostram um sorriso no rosto e uma satisfação em ter sua casinha, sua criação, sua família e o orgulho de serem assentadas e a tranquilidade como elas diziam: *daqui ninguém vai me tirar*.

Eu sempre morei aqui em Sumé mesmo, quando me casei vim morar aqui no Mandacaru, gosto daqui mais agora tá difícil sem água, tudo seco, antes tinha água nos açudes era mais fácil, porque ver a criação sem água é ruim demais, a gente tem que vender barato porque se não morre tudo e é pior ainda (**Mulher Resiliência**).

A perspectiva da resiliência, abstraída do depoimento, mostra que, embora o temor das incertezas seja um elemento de vulnerabilidade social, a persistência da depoente em lidar com as adversidades, “sem água tudo seco [...]”, é predominante, na

tomada de decisões para buscar alternativas para permanecer no seu lugar de vida, ainda que tal permanência seja custoso, para a família assentada.

Eu morava na Prata em uma propriedade que meus pais trabalhavam desde eu pequena, quando fiquei sabendo desse assentamento vim me embora, eu e meu marido, queria meu pedacinho de terra e estou aqui e não quero sair nunca daqui (**Mulher Resistência**).

O depoimento da Mulher resistência é ainda mais incisivo. A conquista da terra como lugar de sobrevivência, [...] “queria meu pedacinho de terra e estou aqui e não quero sair nunca daqui”, bem demonstra sua sagacidade em ser proprietária de um meio de produção, ainda que em condições bastante precárias.

Eu e minha família morávamos em Camalaú aí foi tempo que uma prima minha me disse desse assentamento que estavam cadastrando as pessoas e eu vim e graças a Deus conseguimos. Estou aqui há mais de quinze anos, só sinto falta do meu povo, a falta de água e emprego também tá grande, meu marido e eu trabalhamos em Sumé, porque da roça não dá, ai todo dia vamos tralhar em Sumé e volto pra dormir, temos umas cabras soltas por aí e vamos levando a vida (**Mulher Esperança**)

A expectativa da Mulher Esperança é de adaptação provisória as adversidades. Ressalta-se, também que o tempo de permanência no assentamento é um fator fundamental no processo de valorização da esperança [...] “conseguimos, estou aqui há mais de quinze anos” [...] a um contexto de melhora futura das suas condições de vida.

Grande parte dos assentados são oriundos dos municípios circunvizinhos ao assentamento. Nas entrevistas com as mulheres, foram recorrentes as falas em que elas se diziam felizes com o seu lugar de vida, só queriam que melhorassem alguns pontos, como a questão da água. Elas contaram que a Prefeitura de Sumé não faz a limpeza dos açudes na época certa; com isso ocorrem as chuvas e os açudes assoreados não conseguem juntar água suficiente, as cisternas de muitas casas estão rachadas e vazam a água, os carros pipas demoram para reabastecer as cisternas, os técnicos do INCRA há muito tempo não aparecem para prestar assessoria aos assentados, ou seja, elas reclamam apenas da falta de atitude dos órgãos governamentais e da falta de interesse político com o assentamento. Mas, mesmo assim, continuam com sua rotina de trabalho e com esperança de dias melhores e de maior fartura para suas famílias:

Se Deus quiser vai chover e eu vou ver esses açudes cheios de novo (**Mulher Esperança**)

Respeitamos a demonstração de fé dessas mulheres, porém sabemos que esses problemas relatados pelas assentadas estão para além da esperança ou crença religiosa. Existe uma negligência por parte dos poderes públicos, seja na esfera municipal, estadual ou federal com os assentados do Mandacaru e outros inúmeros assentamentos espalhados pelo país.

Trabalho cotidiano e a divisão das tarefas

As mulheres, quando foram perguntadas nas entrevistas formais sobre a participação dos seus companheiros na divisão das tarefas domésticas, falaram que os mesmos ajudavam nessas tarefas. No entanto, em momentos de conversas informais, elas se soltavam mais, e acabavam dizendo de como os homens não dividem as tarefas da casa e o cuidado com os filhos.

Aqui em casa todo mundo ajuda, mas assim, eu deixo tudo já encaminhado sabe, aí as meninas quando chegam dá escola termina o almoço, lava os troço e meu marido cuida dos bichos, eu faço meu artesanato e vendo minhas coisas também pra ajudar né? Não gosto de depender de homem ou coisa ruim é depender de homem minha filha (**Mulher Altivez**)

Ressalta-se aqui o caráter de inconformismo com a dependência masculina, “Não gosto de depender de homem ou coisa ruim é depender de homem minha filha”. A autonomia de ser e de estar no mundo, de fato é uma vulnerabilidade que as mulheres procuram se esquivar, ainda que com muito custo. Outra questão relevante, no aludido depoimento, é o fato de haver uma maior equidade na distribuição do trabalho intra familiar, sobretudo entre as tarefas domésticos.

homem é tudo igual só serve pra trabalhar fora, não ajudam e ainda bagunça minha fia, O meu não sabe fazer nem um café (**Mulher Dignidade**).

Ressalta-se, na mulher dignidade as diferenças nas relações de trabalho homem x mulher e o reconhecimento da pouca habilidade do homem com as atividades domésticas, [...] “O meu não sabe fazer nem um café”. [...] Igualmente fica evidente o inconformismo da mulher com a assimetria de relação de gênero.

Isso reflete, no nosso ponto de vista, um receio ou medo mesmo, dessas mulheres, em expor a sua realidade, mesmo reclamando das múltiplas jornadas de trabalho, essas mulheres foram educadas dentro de uma sociedade patriarcal, em que esse cuidado com a casa e os filhos são de sua responsabilidade, e a seus companheiros, cabe o trabalho fora da casa. E se essas mulheres não fazem esse trabalho doméstico

são julgadas como mulheres descuidadas, desorganizadas. O cuidado com as crianças então, pareceu que nem se discute a participação masculina é algo já inato a condição do ser mulher.

Os filhos são dá mãe, lá em casa se vou sair deixo com minha mãe ou com a minha vizinha o pai não quer nem saber, não cuida nem dele, vai cuida dos meninos (**Mulher Altivez**).

Lá em casa eu cuido dá casa, das crianças quando elas estão na escola eu vou ajudar meu marido na carvoaria e a tardinha ajudo a juntar os bichos também, a luta é grande aqui, e essa falta de água ai é que fica ruim mesmo. Esse ano nem milho deu, a água foi pouca demais (**Mulher Dignidade**).

Participação política

O Assentamento Mandacaru possui duas associações comunitárias, uma comandada por uma mulher e a outra por um homem, a que é presidida pela mulher está sem funcionamento, perguntei o motivo e a mesma relatou:

[...] Tenho já muitas coisas para fazer tem o meu trabalho na escola, faço artesanato para complementar a renda, tem as tarefas de casa, os filhos é muita coisa para mim e ainda à associação e ninguém quer ajudar, apenas criticar, por isso estou deixando (**Mulher Resistência**)

Este cenário coloca em evidência as diferenças entre os atores sociais como protagonistas da criação de suas pautas e reivindicações por direitos sociais inexistentes ou negligenciados até aquele momento. Vislumbra-se um momento favorável de construção de políticas públicas para efetivação destes direitos.

Rede de solidariedade e ajuda mutua entre as mulheres

As mulheres, apesar de serem criadas na nossa sociedade para competir umas com as outras, possuem, mesmo assim, uma empatia com as dificuldades das outras mulheres, no sentido de ajudar no cuidado, principalmente com os filhos, observamos isso no Assentamento, principalmente quando algumas delas saem para trabalhar na cidade de Sumé e deixam seus filhos aos cuidados das vizinhas.

Eu trabalho dois dias na casa de uma mulher lá em Sumé e quando eu vou deixo meus filhos na minha vizinha e quando ela precisa ir

na rua também fico com os meninos dela. A gente se ajuda né? Uma mão lava a outra (**Mulher Altivez**)

Elas também saem às vezes juntas em duplas pela Caatinga para buscar as cabras e ovelhas, pois acham menos perigoso irem acompanhadas.

As cabras tem vezes que vão pra longe e a gente tem que ir buscar algumas que dá a hora e não voltam eu vou com minha amiga ela procura as delas e eu as minhas sabe? Por que aqui tá perigoso e esquisito (**Mulher Resiliência**)

As mulheres se unem nas atividades relativas às festas que ocorrem na comunidade, ou da igreja. Chegamos uma das vezes na comunidade e lá estavam elas arrumando a igreja católica, que tem dentro do assentamento, para uma missa que iria acontecer naquela noite e estavam lavando a igreja, arrumando as imagens. Enquanto faziam a limpeza, conversavam e brincavam umas com as outras. Isso mostrou, naquele momento, o quanto elas precisam umas das outras e que também sabem a importância dessa relação de solidariedade entre elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso olhar foi marcado pela compreensão de Haesbaert sobre o conceito de território quando ele propõem que os sentidos do mesmo se modifica de “acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas e instituições como a Igreja. Pois, o território não apenas se define, mas se compreende a luz dos processos históricos, socioespaciais, culturais e políticos” (2014, p.59); bem como, pelas reflexões de Santos quando ele aponta que “[...] o território não é um dado neutro nem um ator passivo” (2013, p.80). Neste contexto de pesquisa balizado por estes olhares conceituais sobre o território, as mulheres assentadas, com suas histórias de **resistência, altivez, coragem, resiliência** e **esperança**, foram os agentes de transformação e produção de sentidos no território do assentamento Mandacaru. Envolvidas em trabalhos árduos, exemplo, as que trabalham nas carvoarias, na lida com os caprinos dentro da caatinga, em busca de água para seus animais, mas também, para o uso de sua família.

Gostaria de destacar que o desejo de descobrir, conhecer e desvendar os vários lugares e os seus sujeitos, nas suas práticas cotidianas e nas suas relações com o meio

ambiente, e de como essas pessoas intervêm e dão significados a esses espaços, é fruto desse olhar geográfico, que possibilitou-me “compreender os significados criados por nós e pelos outros é construir um conhecimento mais profundo de um dado aspecto da realidade, além do conhecimento de sua organização, constituição e estrutura” (CASSIER apud CORRÊIA, 2012, p.134).

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que as mulheres assentadas do Mandacaru, se orgulham muito de terem conseguido seu pedaço de terra, dando agora significado aquele referido espaço, e as suas histórias de vida evidenciam isso. Essas mulheres foram o nosso foco neste trabalho e foi um desafio trabalhar na geografia com a temática de gênero, algo muito recente no nosso campo disciplinar, e esse foi mais um motivo que me levou a escolher essa temática, tão importante e urgente para problematizarmos dentro dos espaços educacionais.

No processo de pesquisa, foi possível percebermos uma divisão sexual do trabalho com uma desigual distribuição de poder, que em essência, consiste na atribuição de determinadas atividades remuneradas aos homens enquanto às mulheres são atribuídas atividades complementares as dos homens, e na sua grande maioria essas atividades complementares não são remuneradas. Às mulheres cabem as funções do cuidado com a casa, das crianças e o seu trabalho mesmo quando remunerado é visto como ajuda ao complemento da renda familiar, a dupla e até tripla jornada de trabalho das mulheres também ficou evidenciada, quando elas cuidam da casa, trabalham com os animais e ou artesanato e ainda possuem algum outro trabalho fora da casa como na escola ou fazendo faxinas em casas da cidade de Sumé. As mulheres buscam alternativas geradoras de renda, através da confecção do artesanato renascença, vendas de cosméticos em revistas especializadas, faxinas entre outras. Ficou notabilizado que essas mulheres possuem a preocupação em ter sua renda de ter autonomia em relação aos seus companheiros, mesmo que isso custe a elas uma múltipla jornada de trabalho.

Como foi relatado no corpo do artigo, a associação presidida por uma mulher esta sem funcionamento, e isso por conta de uma sobrecarga de trabalho que tirou dela a possibilidade de continuar e ela não conseguiu dar conta de atender a demanda de atribuições da associação, preferindo assim, abandonar seu posto nesse espaço de representação política do assentamento. As assentadas quando perguntadas sobre a participação nas assembleias afirmaram que sempre que podem participam dessas reuniões.

Uma forma de enfrentamento junto aos obstáculos encontrados por essas mulheres para ir ao trabalho ou no cuidado com os filhos foi a rede de ajuda mútua entre as mulheres, elas são solidárias e entendem que precisam umas das outras para conseguirem driblar as dificuldades do cotidiano. Diante desta pesquisa, percebe-se a necessidade de aprofundamento das questões apontadas neste trabalho. Assim, a vontade de continuar tratando da questão de gênero e a relação deste com o território a partir de um olhar geográfico, buscando uma melhor compreensão das dinâmicas desses sujeitos no espaço me convidam a dar continuidade a essa pesquisa em um outro momento.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2017.

CORREIA, Roberto Lobato. Espaço e Simbolismo. pp133-153 In: CASTRO, Iná Elias de et al. **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GARCIA, Maria Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2004.

GARCIA, Maria Franco. THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. VI, núm. 119 (27), 1 de agosto de 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo-SP: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Geografia das lutas de campo**. São Paulo-SP: contexto, 2001.

OLIVEIRA, Renato Almeida de. A concepção de trabalho na Filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas. **Kínesis**, Vol. II, p. 72 – 88, n° 03, Abril-2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo-SP: Ática, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero e Patriarcado**: violência contra as mulheres. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro-RJ: Record, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SCOTT, Joan W. **Preface a gender and politics of history**. Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP 1994.

_____. **Gênero**: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.” Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional:15001960.São Paulo: Expressão Popular,2011.